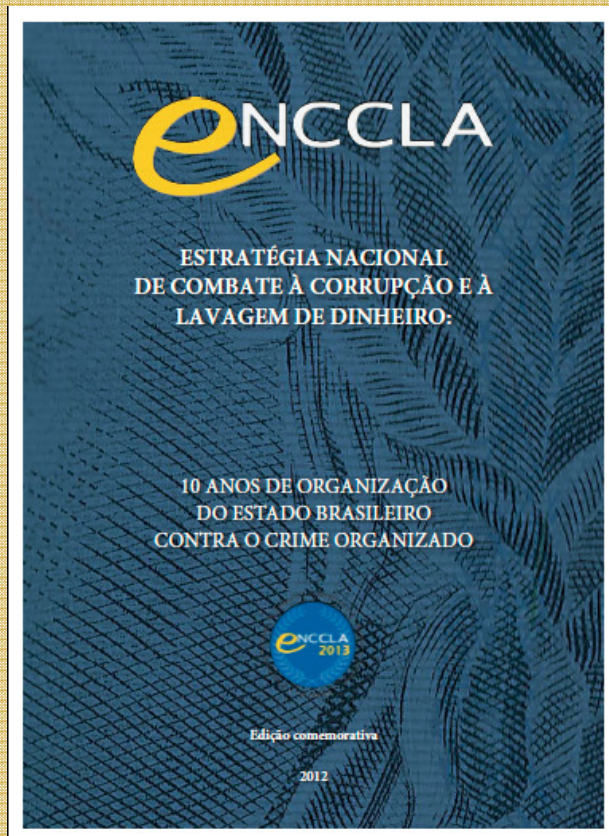


ENCONTRO

CONACI

05 de agosto de 2016

1. A ENCCLA



ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

- Articulação de mais de 60 órgãos
- Criação de um plano de capacitação (PNLD)
- Elaboração de projetos de lei (lavagem de dinheiro, crime organizado...)
- Criação da Rede LAB (tecnologia e tratamento de dados)



PLENÁRIA

- Participação de todos os órgãos
- Reúne-se uma vez por ano para analisar os trabalhos executados e deliberar ações a serem cumpridas no(s) ano(s) subsequente(s)

GGI

- Reuniões bimestrais para:
 - ✓ Acompanhar a execução das ações
 - ✓ Dar encaminhamento às ações executadas
 - ✓ Planejar ações futuras

GRUPOS DE TRABALHO

- Executam as ações deliberadas na reunião plenária anual
- Prestam contas ao GGI sobre os trabalhos desenvolvidos



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PREVENÇÃO

DETECÇÃO

PUNIÇÃO



Fortalecer os instrumentos de governança, de integridade e de controle na Administração Pública Federal



Aumentar a efetividade do sistema preventivo de lavagem de dinheiro



Aprimorar as relações da administração pública com entes privados



Aumentar a efetividade do sistema de justiça



Aprimorar os mecanismos de coordenação e de atuação estratégica e operacional dos órgãos e agentes públicos para enfrentamento da corrupção



Aumentar a efetividade do sistema administrativo sancionador



Ampliar a transparência pública e a participação social



Aumentar a efetividade da recuperação de ativos

2. RESULTADOS DE AÇÕES DE 2015

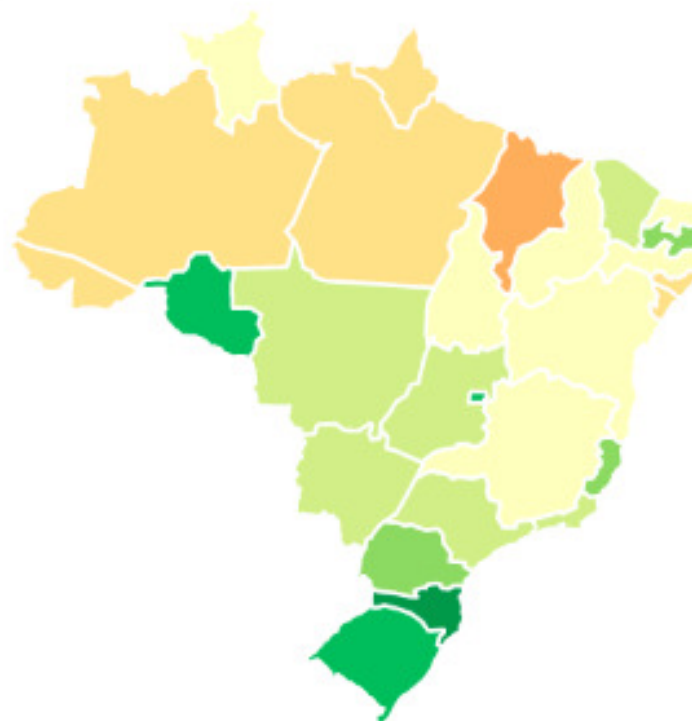
RANKING NACIONAL DA TRANSPARÊNCIA

Ação 04/2015

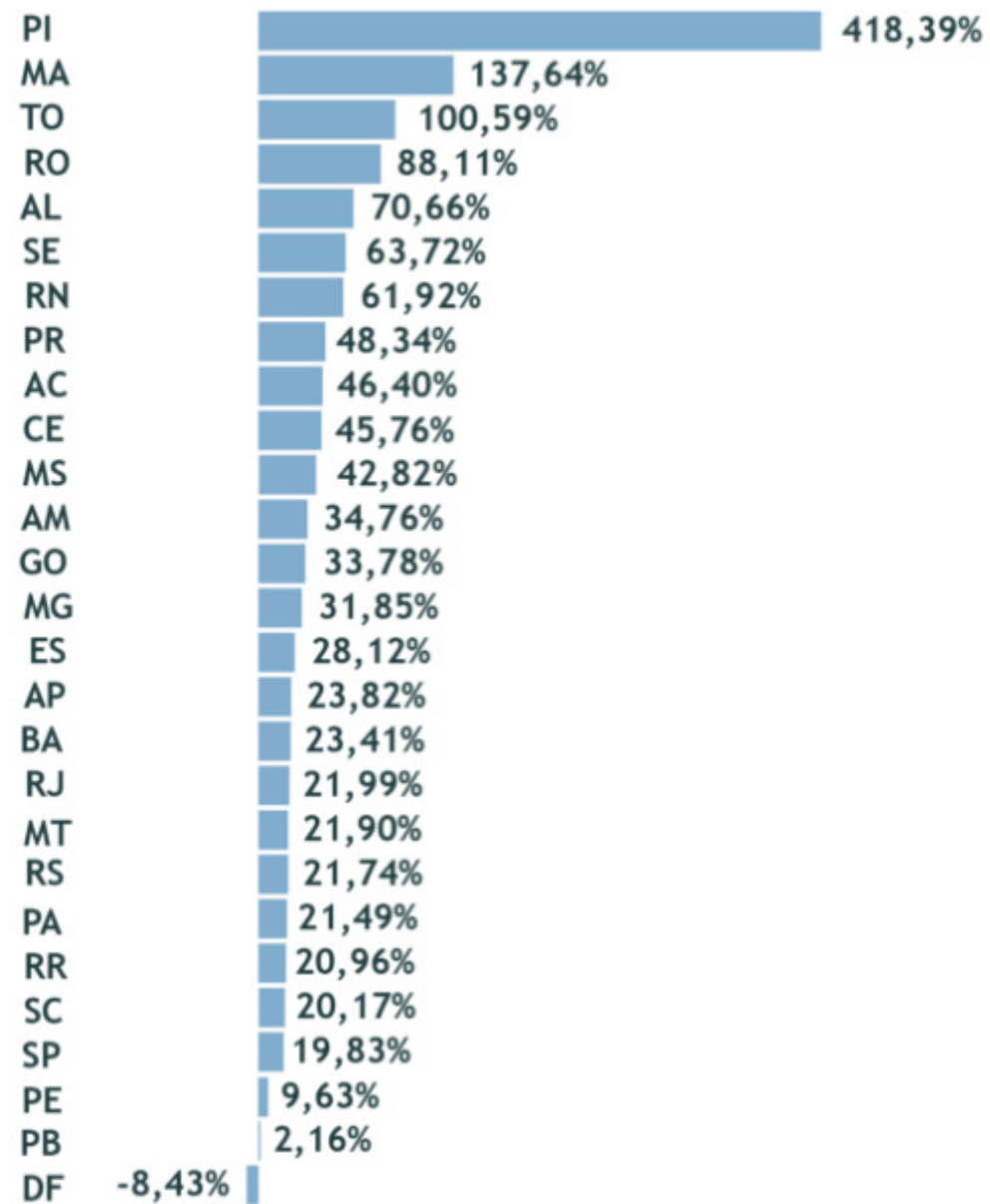
1ª Avaliação
(08/09/2015 a 09/10/2015)



2ª Avaliação
(09/05/2016 a 20/05/2016)



Governos Municipais (Evolução)



Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016

Ações 03/2014 e 08/2015

Alterações no CNPJ auxiliam combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

CNPJ

Figura do "Beneficiário Final" é normatizada

Publicado: 09/05/2016 12h50
Última modificação: 10/05/2016 16h29

Tweetar

Curtir 134
G+1 7

Alterações no CNPJ auxiliam combate à corrupção e lavagem de dinheiro



[/ReceitaFederal](#) [TVReceitaFederal](#) [ReceitaFederalOficial](#)

Foi publicada no DOU de hoje a Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O novo ato é uma atualização de normas anteriores que tratavam do CNPJ, mas insere novos disciplinamentos. Como principal novidade pode-se destacar a inserção de normas relativas à figura do "Beneficiário Final", de forma a auxiliar no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas e de arranjos legais, especialmente os localizados fora do país, tem se revelado um importante desafio para a prevenção e combate à sonegação fiscal, à corrupção e à lavagem de dinheiro em âmbito mundial.

A instrução normativa define o beneficiário final como a pessoa natural que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente uma determinada entidade. Nesse sentido, o conhecimento desse relacionamento no CNPJ por parte da administração tributária e aduaneira, bem como pelas demais autoridades de fiscalização, controle e de persecução penal, é fundamental para a devida responsabilização e penalização de comportamentos a margem das leis.

Esta alteração foi fruto de estudos entre diversos órgãos federais no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), promovendo a transparência e identificando os reais beneficiários das empresas e recursos aplicados no país. A referida IN supre uma lacuna no que se refere ao acesso à informação por



2. AÇÕES DE 2016

AÇÃO 1 : Avaliar a transparência nos poderes Legislativo (3 esferas), Judiciário (esfera Federal e Estadual), Ministério Público (esfera Federal e Estadual) e Tribunais de Contas (esfera Federal, Estadual e Municipal)

Coordenador: CGU

Colaboradores: AMB, AJUFE, ATRICON, CGE/MG, CNJ, CNMP, CNPG, CONACI, FOCCO-SP, MPF, MP/RJ, SEGES/MP e TCU.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Adaptação da metodologia de avaliação definida na Ação 4/2015
- 2) Índice de mensuração da transparência dos órgãos descritos publicado
- 3) Segunda edição do catálogo de fomento de transparência.

REUNIÕES OCORRIDAS: 04

Última reunião: 23 de junho

SITUAÇÃO

Avaliações em andamento (até 14 de outubro):

CNMP – Ministérios Públicos

TCU – Câmara, Senado e Tribunais de Contas

CNPG – Legislativos (estadual e municipal)

Judiciário – impasse (acesso a dados remuneratórios)

PRÓXIMA REUNIÃO

- 18 de outubro
- Validação dos resultados finais das avaliações e entrega do Catálogo de Fomento à Transparência.

AÇÃO 2: Fomentar a participação social através de instrumentos de transparência ativa para monitoramento das formas de transferência de recursos federais.

Coordenador: SEGES/MP

Colaboradores: AJUFE, BNDES, CADE, Casa Civil/RS, CGA/SP, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CNMP, MD, MPF e MTPS.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Mapeamento das iniciativas e ferramentas existentes
- 2) Realização de encontro nacional com a sociedade civil (*campus party*)
- 3) Desenvolvimento de ferramentas

REUNIÕES OCORRIDAS: 03

Última reunião: 08 de junho

SITUAÇÃO

- Produto 1: CGU está trabalhando em levantamentos de iniciativas de destaque, que deverão estar concluídos em agosto.
- Produto 2: Hackathon do MJ está em fase final;
- Produto 3: aplicativo de consulta a informações do SICONV deverá estar disponível em agosto.

PRÓXIMA REUNIÃO

- Agosto

Ação 2 – Hackathon

Concurso de Aplicativos para enfrentamento da corrupção

ATIVIDADE	DATA
Lançamento do Edital	29 de fevereiro de 2016
Período de Inscrições	29 de fevereiro a 14 de abril de 2016
Resultado da Etapa Eliminatória	19 de abril de 2016
Etapa Classificatória	27 a 29 de abril de 2016
Divulgação do resultado final e premiação	29 de abril de 2016
Desenvolvimento do aplicativo	Abril a agosto de 2016

Projetos selecionados na fase eliminatória:

- [SouFiscal](#)
- [Fiscalize!](#)
- [As Diferentonas](#)

AÇÃO 3: Criar diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno.

Coordenador: CGU

Colaboradores: AJUFE, ANAPE, ATRICON, CNMP, CNPG, CONACI, CGA/SP, GNCOC, MD, MPC/RS, MPF, MP/RJ, MP/SP.

PRODUTO ESPERADO

Elaboração de diretrizes para implementação e funcionamento de controle interno, nos estados e municípios, contemplando os seguintes aspectos:

- 1) Definição das macrofunções; 2) Atividades; 3) Estruturas e vinculação hierárquica; 4) Área de atuação; 5) Diretrizes metodológicas; 6) Disponibilização de conteúdos na internet; e 7) Definição de indicadores de desempenho.

REUNIÕES OCORRIDAS: 03

Última reunião: 09 de junho

SITUAÇÃO

- Foram apresentados diagnósticos do CONACI (nacional) e do MP/SC (estadual) sobre o tema; coordenação apresentou ao grupo proposta de 26 diretrizes baseadas naqueles diagnósticos.
- Foram definidas 29 diretrizes da ENCCLA, bem como a estratégia de divulgação delas
- [Link do documento](#)

NÃO HAVERÁ MAIS REUNIÕES

(trabalho já concluído)

[Boletim ENCCLA](#)

AÇÃO 4: Elaborar diagnóstico e proposição de aprimoramento do sistema brasileiro de proteção e incentivo ao denunciante e whistleblower.

Coordenador: AJUFE

Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AMB, ANPR, CADE, CGU, CJF, CNMP, CVM, DPF, MPF, MP/SP, MRE, RFB, TCU.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Realização de seminário envolvendo a sociedade civil e academia
- 2) Estudo de direito comparado e de boas práticas internacionais
- 3) Elaboração de anteprojeto de lei sobre o tema

REUNIÕES OCORRIDAS: 05

Última reunião: 25/07

SITUAÇÃO

- Seminário ocorrerá nos dias 19 e 20 de setembro, em Florianópolis/SC, organizado pelo TRF da 4ª Região.
- Material levantado pela coordenação, contribuições dos colaboradores e o seminário servirão como base para os produtos 2 e 3.
- Grupo vem debatendo a minuta de anteprojeto de lei apresentada pela AJUFE, que vem sendo aperfeiçoada a cada nova reunião.

PRÓXIMA REUNIÃO

- 17 de agosto

AÇÃO 5: Propor a criação de mecanismos que incentivem a adoção de programas de integridade em contratações públicas.

Coordenador: CGU

Colaboradores: AJUFE, AMPCON, ATRICON, BB, BNDES, CADE, Casa Civil/RS, CEF, CGA/SP, CNMP, CONACI, CONJUR/MJ, FEBRABAN, MDIC, MPF, MP/SP, MTPS, SEGES/MP e TCU.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Elaboração de diagnóstico e análise de risco
- 2) Propositura de medidas de implementação dos incentivos

REUNIÕES OCORRIDAS: 05

Última reunião: 28 de junho

SITUAÇÃO

- Definiu-se proposta de alteração na Lei nº 12.846/2013
- Colaboradores devem enviar sugestões de texto para o Decreto até 12/07; coordenação compilará as contribuições para debate na próxima reunião.

PRÓXIMA REUNIÃO

- 13 de setembro

AÇÃO 6: Elaborar diagnóstico dos modelos de atuação na Advocacia Pública, inclusive em parceria com o Ministério Público, relativos à persecução administrativa e judicial cível.

Coordenador: AGU

Colaboradores: AJUFE, AMB, AMPCON, ANAPE, ANPR, CJF, CNMP, CNPG, CONJUR/MJ, CVM, MPF, PGFN, PGM/SP.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Relatório, contendo a descrição dos modelos existentes (com indicação dos respectivos normativos)
- 2) Orientações de atuação conjunta com o Ministério Público
- 3) Estabelecimento de agenda de fórum específico

REUNIÕES OCORRIDAS: 01

Última reunião: 31 de março

SITUAÇÃO

- Foi aprovado o questionário (matriz) elaborado pela AGU, a ser respondido pelos órgãos da advocacia pública, que será a base para o desenvolvimento dos produtos 1 e 2 da Ação.
- DRCI enviou o questionário oficialmente aos 54 órgãos da advocacia pública em 03 de maio, e vem encaminhando as respostas e consolidações à AGU.

PRÓXIMA REUNIÃO

- A definir

AÇÃO 7: Elaborar estudos sobre a eficácia da persecução penal em face do princípio da obrigatoriedade.

Coordenador: DPF e MPF

Colaboradores: ADPF, AJUFE, AMB, ANPR, CNPG, CNMP, MP/RJ, MTPS, PC/SC e PC/SP.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Elaboração de diagnóstico e análise sobre eficiência e utilidade da persecução criminal
- 2) Realização de seminários em conjunto com academia e sociedade civil

REUNIÕES OCORRIDAS: 05

Última reunião: 03 de agosto

SITUAÇÃO

- Em 20 de maio, DRCl enviou ofício circular a chefes de polícias civis e MPs, solicitando que fornecessem informações relacionadas ao tema da Ação
- DRCl está encaminhando as respostas aos coordenadores da Ação, para compilação do material e eventuais indicações de necessidade de complementação das informações.
- Definiu-se a formatação do seminário, que deverá ocorrer entre os dias 15 e 16 de setembro e envolverá mesas de debates.

PRÓXIMA REUNIÃO

- A definir

AÇÃO 8: Mapear sistemas de informação e bases de dados úteis para a prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com vistas a: (i) difusão dos resultados obtidos; (ii) compartilhamento, quando possível; e (iii) interoperabilidade.

Coordenador: SEGES/MP

Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, BCB, BNDES, CADE, CNJ, CNMP, CGU, COAF, CONACI, CVM, DPF, DREI, GNCOC, PC/SP, PGFN, MP/SP, PC/SC, SENASP, MPF, MTPS, RFB, Rede-LAB, TCU e TSE.

PRODUTO ESPERADO

Inventário dos sistemas e bases de dados, com instruções e limitações de acesso e uso

REUNIÕES OCORRIDAS: 04

Última reunião: 01 de agosto

SITUAÇÃO

- Na última reunião, coordenador apresentou minuta do inventário, que foi aprovada pelos colaboradores; após alguns ajustes, divulgação será submetida ao GGI e, se aprovada, ocorrerá no mês de setembro

PRÓXIMA REUNIÃO

- finalizado

AÇÃO 9: Propor formatação institucional para o desenvolvimento da Avaliação Nacional de Riscos (ANR) relacionados à lavagem de dinheiro e finalizar a adequação da metodologia ARENA, para validação.

Coordenador: COAF

Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, ANPR, BACEN, CGU, CJF, CNMP, CVM, DPF, DRCI/MJ, GNCOC, INSS, MPF, MPRJ, MRE, PGFN, RFB, SNJ, Susep e TSE.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Proposta do modelo institucional para Avaliação Nacional de Riscos
- 2) Metodologia ARENA adaptada
- 3) Aplicação do modelo institucional e da metodologia de Avaliação Nacional de Risco

REUNIÕES OCORRIDAS: 05

Última reunião: 27 de julho

SITUAÇÃO

- Colaboradores participaram do workshop oferecido pelo FMI sobre o tema da Ação; grupo decidiu incorporar conceitos da metodologia de avaliação de risco do FMI à ferramenta ARENA.
- Definiu-se que, no encontro seguinte, o grupo irá se reunir em regime de imersão total (formato de workshop), ocasião em que serão realizados exercícios de avaliação para dois ou três cenários.

PRÓXIMA REUNIÃO

- 05 de setembro
- Definição da metodologia de avaliação de risco.

AÇÃO 10: Realizar exercício de autoavaliação quanto ao cumprimento das Recomendações do GAFI.

Coordenador: COAF

Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMB, ANPR, BACEN, CNJ, CNPG, CVM, DPF, DREI, MPF, MRE, PC/SP, RFB e SUSEP.

PRODUTO ESPERADO

Relatório de autoavaliação

REUNIÕES OCORRIDAS: 05

Última reunião 27 de julho

SITUAÇÃO

- Grupo analisou, durante as reuniões, todos os requisitos técnicos da avaliação, registrando os pontos em que o Brasil poderia receber ressalvas.
- No momento, estão sendo analisados os requisitos de efetividade, que representam um desafio dada a dificuldade de obtenção de dados padronizados –
- Cronograma de atividades até o ano de 2020, quando ocorrerá a próxima avaliação do Brasil.

PRÓXIMA REUNIÃO

- 27 de julho
- Debate sobre os Resultados Imediatos 3 e 4 (Supervisão; Medidas Preventivas) e sobre o cronograma de atividades até 2020.

AÇÃO 11: Aprimorar as regras de sigilo bancário e fiscal, objetivando tornar mais ágil e eficaz o compartilhamento de informações entre órgãos de fiscalização, controle, persecução penal e defesa do patrimônio público.

Coordenador: RFB

Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, AMB, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BACEN, BB, BNDES, CADE, CEF, CGU, CNMP, CNPG, COAF, CVM, DPF, FEBRABAN, FOCCO-SP, MDIC, MP/RJ, MPC/RS, MPF, MTPS, PC/SC, PC/SP, PGFN, TCU e TSE.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Acompanhamento da jurisprudência
- 2) Propostas de aprimoramento das regras de sigilo bancário e fiscal.

REUNIÕES OCORRIDAS: 04

Última reunião: 21 de junho

SITUAÇÃO

- Vêm sendo debatidas propostas dos colaboradores para alterações legislativas, em especial no que se refere à LC 105/01 e ao Código Tributário Nacional, com base em proposta apresentada pela AGU.

PRÓXIMA REUNIÃO

- 09 de agosto
- Prosseguimento dos debates sobre alterações na LC 105/2001 e no Código Tributário Nacional.

AÇÃO 12: Acompanhar a implementação do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) e seus efeitos sobre desvios de finalidade.

Coordenador: SG/PR

Colaboradores: ADPF, AJUFE, ANPR, BACEN, CGU, COAF, CVM, DPF, FEBRABAN, GNCOC, MP/RJ, SEGES/MP, MP/SP, MPF, RFB, SENAD e TCU.

PRODUTOS ESPERADOS

- 1) Levantamento sobre tipologias de desvio de finalidade e boas práticas de governança
- 2) Acompanhamento da implementação do MROSC

SITUAÇÃO

- Após debates que incluíram organizações da sociedade civil, os colaboradores foram exortados a enviar contribuições no sentido da identificação de tipologias e de boas práticas (Produto 1 da Ação).
- Boa parte das tipologias já foi readaptada e validada após as discussões, mas ainda há uma quantidade considerável de material a discutir

REUNIÕES OCORRIDAS: 04

Última reunião: 28 de julho

PRÓXIMA REUNIÃO

- 17 de agosto

AÇÃO 13: Aperfeiçoar procedimentos e controles relativos a operações envolvendo recursos em espécie, a fim de mitigar riscos em lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos.

Coordenador: BCB

Colaboradores: ADPF, AJUFE, BB, CEF, CGU, CNMP, COAF, DPF, FEBRABAN, GNCOC, MPF, RFB, SENACON, TCU.

PRODUTO ESPERADO

Propostas de alterações normativas

REUNIÕES OCORRIDAS: 04

Última reunião: 05 de julho

SITUAÇÃO

- Diversos integrantes realizaram apresentações sobre o tema, para nivelamento do grupo;
- Colaboradores enviaram propostas normativas para a restrição a saques em espécie por entes públicos;
- Após o próximo encontro, o grupo passará a tratar da restrição a movimentações em espécie ao público geral.

PRÓXIMA REUNIÃO

- 09 de agosto

4. ENCCLA 2017 – TRABALHOS PREPARATÓRIOS

CRONOGRAMA

Mês	Evento
Setembro	Reuniões com os movimentos estaduais de combate à corrupção e com organizações da sociedade civil 1ª reunião dos GTs Próxima reunião do GGI 2ª reunião dos GTs
Outubro	3ª reunião dos GTs (se necessário) Prazo final para entrega dos relatórios finais das Ações de 2016
Novembro/ Dezembro	28 a 02 – XIV Plenária da ENCCLA – Natal/RN

OBS.: o conjunto de ações deve cobrir os três eixos, bem como os oito objetivos estratégicos da política de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

CONTATO

Ricardo Andrade Saadi

Tel: +55 61 2025 8900

ENCCLA@MJ.GOV.BR

